
ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE OLINDA

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
2ª ATA CONSELHO MUNICIPAL E FISCAL 2020

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E CONSELHO FISCAL DE PREVIDÊNCIA
23 de dezembro de 2020

Horário: 10h

Local: Virtual

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, às 10:30hs, foi realizada a segunda reunião do conselho fiscal e municipal do ano de 2020 de forma virtual através do aplicativo Google Meet.

Roberto Rocha iniciou, deu boas vindas e apresentou o objetivo da reunião: apresentação da política de investimentos elaborada pelo Comitê de Investimentos, este composto por servidores do município de Olinda, sendo a maioria certificados, qualificados para elaboração da política sob supervisão do gestor Gustavo Tenório, participante que trará informações sobre a política de investimentos

Roberto Rocha afirma que Roberto Carvalho também faz parte do comitê e poderá ajudar, assim como Tiago, atuário responsável por dar a meta atuarial.

Gustavo Tenório deu bom dia e afirmou que todos os anos é necessária ao menos 1 reunião com o Conselho ref. a política de investimentos que deve ser aprovada. O comitê se reúne e define uma política de investimento que deve ser aprovada. A política atual foi aprovada dia 9 de dezembro, e foi publicada dia 17 de dezembro mas precisa-se também que seja aprovada pelo Conselho.

Após aprovação e publicação, ela segue os ritos normais da previdência. A política de investimentos estabelece diretrizes que devem ser seguidas no ano seguinte. A política atual já é para o ano de 2021.

Gustavo Tenório esclareceu no que se baseia a política de investimentos:

Diretrizes: rentabilidade, segurança, liquidez e transparência. São estabelecidas diretrizes para garantir a segurança dos recursos da previdência e a questão da rentabilidade: o comitê sempre busca um retorno da rentabilidade, ao mesmo tempo a segurança, a liquidez e a transparência. Para todas as mudanças devem ser marcadas reuniões e publicadas no diário oficial, deixando disponível para quem quiser acessar. Até as atas do comitê, tudo deve ser deixado transparente para garantir essa diretriz.

Estratégia – sempre analisar o comportamento das taxas, por ex dos juros, atualmente ela está muito baixa, 2 por cento pagos pelo governo, impactando diretamente na gente, pois não temos muitas opções de investimentos com suporte para atingir a meta atuarial, a meta que devemos atingir: o índice da inflação mais o percentual, que depois Tiago atuarial vai comentar como chegou nesse valor de 2021. Devemos sempre analisar a taxa de juros e observar a melhor ação que devemos tomar, prezando pela segurança pois o bem é público, e também visando retorno. O cenário econômico deve ser analisado também, se há algo a curto, médio ou longo prazo que pode intervir na nossa estratégia, e caso haja, marcaremos reunião extraordinária para deliberações. Sempre vai estar vinculada também a análise do risco de crédito do mercado, liquidez dos recursos tudo pertinente a gestão.

Transparência: sempre publicando as APR no diário oficial mandados para Maria do Carmo autorizar aplicações de resgate dos investimentos. E relatórios mensais também são disponibilizados para garantir a transparência. Gustavo forneceu seu email para o caso de necessidade de receber relatórios e tirar dúvidas, destacando que está disponível para sanar dúvidas e mais informações.

Meta atuarial: portaria 17 de 2019 estabelece o cálculo de como será a meta para o ano seguinte. Inflação mais índice de 5.45%, informa que Tiago atuarial vai informar como foi feito esse cálculo da taxa.

Para Jorge Thiago Cruz, responsável pelo cálculo atuarial, a meta atuarial é o que a gente projeta e consegue de rendimentos para poder ajudar a diminuir o déficit atuarial. É o que se espera do sistema financeiro de retorno para ajudar na rentabilidade do fundo.

Antes da Portaria 464/2018, a legislação dizia que o atuário junto com o comitê de investimento tinha até 6% para colocar como meta atuarial. Mas a partir de 2019, com a 464, isso mudou. A metodologia de cálculo mudou. A secretaria de previdência disponibiliza uma planilha anualmente, insere algumas informações do fluxo atuarial e baseado nisso, a meta atuarial é calculada. Para o próximo ano a nossa está em 5,45%, devemos correr atrás, por causa da pandemia está complicado, a rentabilidade está muito baixa, esperamos que ano que vem melhore para bater esses 5,45% + IPCA.

Para Roberto Rocha no próximo ano, com os investimentos, esperamos no mínimo fazer com que os investimentos rendam essa meta atuarial, ou seja, no mínimo de 5,45% + IPCA.

Thiago explicou que todo ano essa meta é recalculada para poder ir se ajustando, e os parâmetros dependem de várias mudanças que devem ser reavaliadas.

Márcia Vieira pergunta como é definido se a meta foi alcançada. Thiago Cruz responde: o acompanhamento é mensal. Ano que vem será a mesma coisa, mensalmente, de acordo com informação passada por Gustavo Tenório. Podemos nos organizar para divulgar todo mês esses relatórios. Gustavo Tenório reforça que estão disponíveis para consulta os relatórios mensais e o relatório anual que é um conjunto dos relatórios mensais consolidados.

Roberto Rocha reforça que apenas no final de 2021 certifica-se se a meta foi atingida, mas que mensalmente Gustavo e Thiago Cruz acompanham a evolução para saber se vai precisar manter ou mudar o ritmo.

Gustavo Tenório diz que a política é sempre revista para saber se será necessária alguma mudança, marcando reuniões extraordinárias para tal, mas diz que não é comum que haja essa necessidade.

Gustavo Tenório diz que no fim da apresentação da política serão apresentadas algumas informações básicas de como está a meta atuarial, relatórios, etc.

Gustavo Tenório continua e diz que a política também prevê o credenciamento das instituições. Às instituições Banco do Brasil, Itaú, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e todos os fundos aplicados, sempre solicita-se documentos de declarações negativas, fiscais e quaisquer outras documentações solicitadas para que as instituições mantenham-se sempre atualizadas a fim de sabermos se a instituição financeira em que estamos aplicando está regular e legalizada.

Após a Política de Investimentos ser aprovada pelo Conselho Municipal e Fiscal precisa da assinatura do presidente do Conselho Rodolfo Lira e da gestora do Fundo de Previdência Social do Município de Olinda, Maria do Carmo.

A Política de Investimentos analisa o cenário econômico nacional e internacional, neste ano (2020) o cenário econômico foi fortemente impactado pelo COVID-19 o que iniciou a incerteza atual no mundo dos investimentos. Impacto nos EUA, na Europa, na China (um dos poucos países que teve crescimento), tudo influencia nos riscos que teremos em 2021. No cenário nacional temos a elevação do risco fiscal, mais endividamento do governo devido aos auxílios, a desvalorização do Real frente as outras moedas devido a baixa taxa de juros do governo (2%)

O Comitê de Investimentos sugeriu cautela e devido a incertezas manter a Política de Investimentos dos últimos anos, onde estamos buscando manter 95% em renda fixa e 5% em renda variável e provarmos mais fundos de gestão ativa.

Roberto Rocha fala sobre a rotina para se fazer qualquer mudança nas aplicações: reunir o Comitê de Investimentos, fazer a reunião, deliberar sobre a mudança, depois informar a

secretária, elaborar a documentação e só assim fazer a transferência. Nesse período todo pra fazer isso, de repente o cenário econômico já mudou e há possibilidade de haver perdas, porque quando tomamos a decisão, ela pode já não ser a melhor diante do dinamismo da economia. O banco disponibiliza fundos de

gestão ativa em que o Fundo de Previdência pode investir, e isso já é algo regulamentado, o Fundo de Previdência investe um montante e a própria instituição faz as mudanças de acordo com o cenário econômico. Por exemplo, a instituição financeira consegue tirar de um fundo e colocar em outro e fazer essa mudança de maneira mais dinâmica e rápida e sempre dentro da legislação previdenciária. Ganhamos em tempo, velocidade e dinamismo na mudança do valor que se tem investido naquela instituição.

Gustavo Tenório concorda com Roberto da Rocha e diz que o Fundo de Gestão Ativa também tem um percentual investido em renda variável, mas o que acontece é que um percentual baixo que não é considerado renda variável e eles podem, por exemplo, como o que aconteceu em março deste ano, num eventual risco que houve uma queda muito forte na bolsa de valores esse ano o gestor do fundo de investimento saberá tomar a melhor decisão de investimento de maneira rápida.

Foi considerado a estratégia de alocação de gestão dos recursos e a flexibilidade para realização de investimentos para proteção da carteira ou aproveitamento de oportunidades de mercado que estará compreendida entre os limites máximos e mínimos definidos a seguir:

Títulos Tesouro Nacional (Selic) art 7º I, "a" Limite mínimo 0%, meta 50% e limite máximo 100%.

FI Renda Fixa Referenciado 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b" - Limite mínimo 0%, meta 50% e limite máximo 100%.

Fundo de índice 100% títulos públicos TN - Art. 7º, I, "c". Limite mínimo 0%, meta 50% e limite máximo 100%.

Operações compromissadas TPF - Art. 7º, II. Limite mínimo 0%, meta 5% e limite máximo 5%.

FI Renda Fixa / Ref. em RF IMA ou IDKA (e seus subíndices) - Art. 7º, III, "a". Limite mínimo 0%, meta 50% e limite máximo 60%.

FI Renda Fixa - Art. 7º, IV, "a" - Limite inferior 0%, Estratégia alvo 20% e limite Superior 40%.

Fundos de índices (ETF) de Renda Fixa - Art. 7º, IV, "b". Limite mínimo 0%, meta 20% e limite máximo 40%.

Letras Imobiliárias Garantidas, - Art 7º, V, "b". Limite mínimo 0%, meta 10% e limite máximo 20%.

Certificados de Depósitos Bancários (CDB) Art. 7º, VI, "a" - Limite inferior 0%, Estratégia alvo 2,5% e limite Superior 5%.

Poupança - Art. 7º, VI, "b". Limite mínimo 0%, meta 10% e limite máximo 15%.

FI Direitos Creditórios (FIDC) - sênior - Art. 7º, VII, "a" - Limite inferior 0%, Estratégia alvo 2% e limite Superior 5%.

FI/FIC Crédito Privado Art. 7º, VII, "b" - Limite inferior 0%, Estratégia alvo 5% e limite Superior 5%.

FI debentures de Infraestrutura (art. 2º e 3º da lei nº 12.431) - Art. 7º, VII, "c". Limite mínimo 0%, meta 2,5% e limite máximo 5%.

FI Ações Referenciados - Art. 8º, I, "a" - Limite inferior 0%, Estratégia alvo 10% e limite Superior 30%.

Fundos de Índices (ETF) em Ações (compostos por + de 50 ações) - Art. 8º, I, "b". Limite mínimo 0%, meta 15% e limite máximo 30%.

FI/FIC em Ações Livre - Art. 8º, II, "a"- Limite inferior 0%, Estratégia alvo 10% e limite Superior 20%.

Fundos de Índices (ETF) em Ações - Art 8º II, "b". Limite mínimo 0%, meta 7% e limite máximo 20%.

Multimercado - aberto - Art. 8º, III - Limite inferior 0%, Estratégia alvo 8% e limite Superior 10%.

Segundo Gustavo os Fundos de Ação em março tiveram queda em apenas 1 mês em média 40% do que havíamos investido neles, lembrando que esses 40% de rentabilidade negativa é referente a 2,6% do patrimônio total do Fundo. Mas ao longo do ano fomos recuperando e a rentabilidade foi melhorando. Se tivéssemos concentrado uma parte maior quantidade em

Fundos de Gestão Ativa, o gestor do Banco saberia, no meio de uma crise como esta, o momento certo de tirar esses recursos para que a gente tivesse um impacto menor, não perderíamos um valor mais alto. Ou seja, internamente os gestores saberão como manipular o fundo para que essa queda seja menor e que o crescimento dele volte mais rápido. Essa seria a ideia inicial e existem outras estratégias que serão vistas mais pra frente, por enquanto, diante de tantas incertezas, vamos manter os investimentos em fundos que tenham esse perfil.

Roberto Rocha esclarece que a perda do fundo de 40% em cima de uma margem do que foi investido naquele fundo, ou seja, ele não representa o montante da Previdência. Deve-se notar que ao longo do ano o saldo do Fundo de Previdência ficou positivo.

Roberto Monteiro lembra que não houve uma perda, o que aconteceu foi uma queda momentânea e depois o retorno a um patamar mais elevado. Nesse momento agora, aquela perda que parecia ser de 40% não representa mais, a perda só acontece no momento em que se retira o dinheiro do ativo.

Gustavo Tenório pergunta se há alguma dúvida e continua: o cenário econômico internacional e a questão da incerteza também impactam no cenário nacional. Com a pandemia houve também elevação do risco fiscal no Brasil e com isso veio a desvalorização da moeda, como outros países também tiveram. O aumento do risco fiscal aumenta o endividamento brasileiro, justamente por conta da desvalorização da moeda. Investidores estrangeiros correm do país, sem contar que quando eles observam que a questão do endividamento brasileiro está muito alta, o país fica muito especulativo, cheio de incertezas: será que vão pagar?. É o que está acontecendo com a Argentina agora, pois lá o endividamento é muito maior que no Brasil e não há perspectiva de pagamento, a Argentina apenas faz renegociação da dívida com os credores. Isso impacta também no Brasil, com a desvalorização do real, o poder de compra diminui, a questão dos investimentos estrangeiros aqui, tudo impacta nos nossos investimentos. Também há inflação ao ano, segundo o COPOM, a previsão para dezembro é de 4,2% e como temos juros de apenas 2%, já estamos perdendo mais de 2% de poder de compra. Isso interfere nos nossos investimentos porque nossa meta atuarial inclui o IPCA, que é a inflação, + esse valor fixo, que no caso de 2020 foi de 4,61%. A previsão para 2021 será de IPCA + 5,45%, que devemos atingir. Mas o impacto é grande pelo fato de haver uma inflação alta, digamos que, por exemplo, em 2021 seja ainda maior, tudo isso vai impactar no nosso percentual e consequentemente eleva nossos riscos de não atingirmos essa meta.

No atual foco do Brasil há uma previsão de queda de - 5,4% em 2020 e a previsão para 2021, em tese, é de + 3,5%, mas não se sabe como será nos próximos meses. Por isso devemos manter um pouco de conservadorismo por cautela, concentrando investimentos em renda fixa, apesar de apenas haver retorno em média de 2%. Era previsto que todos os fundos de RPPS aplicassem em renda variável em 2020, mas infelizmente muitos investimentos não deram retorno positivo esse ano em renda variável. Talvez se tivéssemos 100% em renda fixa, poderíamos estar mais positivos, mas também seria algo incerto, por isso devemos manter os dois tipos de investimentos, sendo o maior deles em renda fixa.

Gustavo Tenório disponibiliza os dados dos relatórios e diz que ele reflete na evolução dos investimentos previdenciários. Fala que possui relatórios mensais e que disponibiliza para todos, porém, de forma resumida, todas as informações contidas nessa tabela são referentes ao último dia do mês. Por exemplo, no dia 31/12/2019, tínhamos quase 84 milhões, isso referente ao fundo capitalizado. E fomos evoluindo. A tabela apresentada representa o que se tinha mês a mês e o crescimento em patrimônio, ou seja, o valor que entra de contribuição previdenciária mais os investimentos. Então, em março de 2020 tivemos uma perda. Quando ocorre queda, a tendência das pessoas é retirar o investimento, mas isso é pior. O que foi feito foi que paramos temporariamente em renda variável e esperamos voltar um pouco. E nessa época também só tínhamos dois fundos de renda variável disponíveis: um deles

era o Banco do Brasil, que não estava dando para transferir, em virtude do tempo e burocracias existentes. O outro fundo era o Itaú Dunamis, os outros estavam todos fechados para captação. Então ficamos alguns meses sem aplicar em renda variável. Voltamos a aplicar em renda variável em julho, mas sempre pouco a pouco, valores entre 30 a 35 mil, nessa faixa.

Apesar de termos essa queda em março, nos outros meses voltamos a evoluir e a crescer e atualmente temos 95.383.628,92 (noventa e cinco milhões trezentos e oitenta e três mil seiscentos e vinte e oito reais e noventa e dois centavos) referente ao mês de novembro. Quando fechar em dezembro, muito provavelmente vamos estar com um pouco mais do que isso porque ainda estamos na tendência de alta do mercado.

Atualmente só temos 2 tipos de investimento: renda variável e renda fixa, correspondendo a mesma política nos anos anteriores. Atualmente temos quase 97,69% em renda fixa e 2,31% em renda variável. A meta a atingir a longo prazo é manter essa proporção entre 2,5% para 5% em renda variável, pois achamos que é uma quantidade de risco que podemos ter de acordo com a questão da previdência ser mais conservadora mas não ficar 100% alocado em fundo de renda fixa.

Na reunião do comitê foi discutida a questão da aplicação em fundos no exterior, mas nós não temos esse perfil de investimento exterior, preferimos não constar isso na política de investimento. Caso dispuséssemos de uma assessoria que nos desse respaldo para que corrêssemos mais risco, assim faríamos. Mas atualmente não nos sentimos confortáveis em correr mais riscos e sermos responsabilizados por uma ação que não deu certo. Gustavo Tenório repete a necessidade de haver uma empresa de assessoria para melhorar os investimentos e diversificar mais entre renda fixa, variável e também investimentos no exterior.

Roberto Rocha declara que ata da última reunião já foi enviada, há cerca de uma semana, à gestora, onde consta a necessidade de haver consultoria de investimentos. Roberto sugere que em uma eventual contratação, poderia estar previsto no contrato treinamento relacionado ao CPA-10 para os membros do conselho e que ao final desses treinamentos os membros, caso se sentissem preparados, fizessem a prova de certificação ao CPA-10. Isso iria qualificar o conselho no que diz respeito a investimentos e até para que no futuro eles avaliem melhor as políticas e possam sugerir e dar ideias com embasamento.

Marcia Vieira diz que acha interessante a ideia porque teriam uma maior qualificação. Fala sobre o curso ser presencial ou virtual e diz que em janeiro talvez já haja uma perspectiva disso.

Gustavo Tenório pede para continuar e diz que está finalizando e mostra os Fundos de Ações e Fundos Gestão Ativa. Atualmente no Fundo de Previdência dos existem 23 fundos, dos quais 3 são do financeiro e não contam como planejamento para evolução patrimonial. Dos 20 fundos restantes, a grande maioria é de renda fixa, no Banco do Brasil, na Caixa e no Itaú, mas os fundos diferenciados que temos na previdência são esses 7. Os fundos de ação eram fundos que estavam crescendo muito no ano passado, mas com a vinda da pandemia, houve uma queda forte, e atualmente já começam a se recuperar mas não vão conseguir recuperar ao ponto de estar positivo neste ano. No último mês os fundos renderam quase 17%, ou seja, está voltando a ser como era antes. Por outro lado, se formos ver a rentabilidade do ano, ela ainda está como negativa. O fundo do Banco do Brasil está quase recuperando o investimento que aplicamos no começo do ano, mas atualmente ainda está negativo, apesar de ter tido um crescimento espetacular no mês de novembro. O fundo Itaú Momento 30 também está perto de se recuperar e teve um crescimento muito bom no mês de novembro. Mas ainda estão negativos em relação ao início do ano. O fundo que aplicamos que realmente teve uma queda maior foi Institucional Ações Phoenix, que é do Itaú e é um pouco mais agressivo e foi muito afetado com a questão da pandemia e continua se recuperando, todo mês vem crescendo. Desses 4 investimentos só temos 02 que estão disponíveis para aplicação: o BB Ações Valor e o Itaú Momento 30. Os demais estão fechados para captação. Se

algum outro fundo abrir, manteremos a política de investir até 5% do que entra de recurso no mês para esse tipo de fundo. No geral tendemos a ficar em 5% em fundos de acao. Para diferenciar um pouco mais, estamos aplicando em fundos de gestão ativa. Atualmente temos apenas 03 fundos, porém na última reunião aprovamos mais 01 que é do Banco do Brasil. Não consta na tabela porque de fato ainda não aplicamos porque está faltando 1 assinatura de um dos membros do Comitê de Investimentos para podermos enviar a gestora Maria do Carmo autorizar a aplicação nesse novo fundo. Desses 03 fundos de gestão ativa que temos, o melhor fundo é o Itaú Legend, que é um fundo mais estável, inclusive na pandemia ele foi um dos únicos fundos que não tiveram a rentabilidade negativa, mas infelizmente temos poucos recursos nele pois está fechado para captação.

Gustavo Tenório conclui se disponibilizando com os membros do Conselho para mais informações, extratos, relatórios e dúvidas.

Roberto Rocha pergunta se há dúvidas, se todos os membros do conselho concordam com a Política de Investimentos e lembra que já compartilhou com todos no grupo a cópia da política detalhada. Diz que basicamente a política mostra o que vai ser feito no próximo ano na perspectiva do Comitê de Investimentos.

Roberto Rocha pergunta novamente se há dúvidas, se todos concordam com a política e diz que isso é o que precisa saber dos membros.

Silvia Alves diz que já vem de outras gestões e sabe que o que acontece é exatamente isso. Participou do curso que Gustavo fez. Ela concorda, sabendo que há risco e mesmo assim crescemos mais um pouco.

Mazoniel fala que as perdas de investimento são notórias, mas concorda diante do relatório exposto por Gustavo, e que no ano que vem não haverá tantos prejuízos quanto neste ano.

Roberto Rocha esclarece e reforça que não tivemos prejuízo no ano, apenas não crescemos tanto quanto esperávamos.

Marcia Vieira fala que não dava pra esperar superávit num ano tão difícil como esse. Acha que a perspectiva é animadora e não tem nada a contestar. Também diz que vai acompanhar mais os relatórios.

Ao final todos concordam com a aprovação da política de investimentos para o ano de 2021 conforme apresentada.

Fica registrado que não houve questionamentos no que tange a política de investimentos pelos membros não participantes desta reunião do conselho.

Esta ata produzirá efeitos a partir de 23 de dezembro de 2020.

Assinam a presente ata:

Pelo Conselho Municipal de Previdência:

Rodolfo José de Andrade Lira - Presidente

Alcides Ramos da Cunha - Membro

Roberto Monteiro de Carvalho Filho - Membro

Pelo Conselho Fiscal:

Flávio Manoel de Arruda Barbosa - Membro

Severina Alves da Silva - Membro

Rosa Maria Assis dos Santos - Membro

Marcia Vieira Barbosa - Membro

Mazoniel Leocádio da Silva Filho - Membro

Saulo Madeira Lemos - Membro

Outros Participantes:

Roberto Ferreira da Rocha - Servidor Efetivo

Paula Maria Sousa Cavalcanti - Servidora Efetiva

Gustavo Tenório de Holanda - Gestor de Investimentos

Publicado por:

Gustavo Tenorio Gonçalves Holanda

Código Identificador:502FE203

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco no dia 30/12/2020. Edição 2740

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amupe/>